

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: A favor da sociedade.....	2
VEÍCULO: O Estado de S.Paulo.....	3
Título: Após elevar ativos à venda para R\$ 8 bi, Cemig diz ter 12 interessados na Light	3
VEÍCULO: Valor Econômico.....	5
Título: União pode receber reforço com venda de usinas da Eletrobrás	5
Título: Cemig posterga venda de ações da Taesa	7
Título: Estatal poderá usar reforma do setor na disputa com União.....	9
Título: Mercado de energia quer decisão rápida sobre PLD	10
Título: Furnas revoga licitação para compra de turbinas eólicas vencida pela WEG.....	12
Título: Petrobras avalia recorrer contra decisão em NY	13
Título: CVM julga caso de capitalização da Petrobras	15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Merval Pereira****Título: A favor da sociedade**

Até agora, o governo já substituiu nove deputados para tentar derrubar a denúncia contra Michel Temer. Com as alterações, é provável que o resultado seja revertido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas de qualquer maneira é uma confissão de fragilidade do governo. Mudando os membros da Comissão até a última hora, demonstra o receio de perder.

Mas não muda a tendência do plenário, que não é favorável a Temer. Esses deputados que foram substituídos agora estarão no plenário para votar contra ele. No relatório, o deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ) foi muito hábil ao jogar a questão da aceitação do processo como uma defesa da sociedade. Colocou os deputados diante deste dilema: na dúvida, você fica com o presidente da República ou com a sociedade? O advogado Antonio Cláudio Mariz bateu muito nessa tecla de que o presidente Temer é um ser humano que precisa ter seus direitos protegidos. Essa tese, que pode ser eficiente em um processo criminal qualquer, não parece ter o mesmo efeito num julgamento político.

Ora, Temer não é um ser humano qualquer, é o presidente da República. Proteger o presidente da República contra a sociedade é um dilema e tanto para os deputados, representantes da sociedade. O deputado Sergio Zveiter afirmou no seu relatório que, “por ora, temos indícios, que são sérios o suficiente” para justificar o recebimento da denúncia. Ele ressaltou que a acusação “é grave” e, diante dela, “não podemos silenciar”. “Não é fantasiosa a acusação”, nem “inepta” disse, rebatendo a defesa de Temer, o que muito irritou o Palácio do Planalto, que viu nesse comentário político um avanço do relator na análise do mérito da denúncia. “É preciso que se faça a investigação. São várias as pessoas envolvidas, e a verdade precisa ser esclarecida”, acrescentou.

Mais uma vez ele facilitou a vida dos deputados que querem votar contra o presidente, salientando que esse primeiro momento não é de condenação de Temer, mas apenas de aceitar que as investigações sejam feitas. O advogado de defesa se apegou a uma afirmação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de que o presidente “recebeu” R\$ 500 mil, e pediu que fosse provado quando, onde e como o presidente Temer recebeu esse dinheiro, alegando que falta “materialidade” na denúncia.

Evidentemente, o Ministério Público partiu do princípio de que, tendo o assessor indicado por Temer como de sua “inteira confiança”, através de quem Joesley poderia “encaminhar” a ele, Temer, qualquer coisa, recebido uma mala cheia de

dinheiro, o destinatário final seria o próprio presidente. No entanto, há outros elementos que indicam isso, além da delação premiada de Joesley Batista. O dinheiro recebido por Rocha Loures era parte de um pagamento semanal de propina combinado entre ele e Joesley, conversa que também foi gravada.

No diálogo, Joesley explica que o grupo J&F controla a termoeletrônica Empresa Produtora de Energia (EPE), em Cuiabá, e que estava tendo prejuízo em razão de prática que considerava anticompetitiva da Petrobras na compra de gás natural na Bolívia. Joesley, que já havia se queixado com Temer sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pediu a interferência de Loures. Durante o encontro com Joesley, Rocha Loures ligou para o presidente interino do conselho, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, e pediu que ele intercedesse em favor da J&F, numa demonstração de poder. Rocha Loures encontrou-se em seguida com o principal executivo da JBS, Ricardo Saud, que também gravou o diálogo. Na conversa, Saud explicou como seria o pagamento mensal que Joesley prometera ao pedir a interferência de Loures no Cade. O pagamento poderia variar conforme a cotação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), valor fixado em reais por Megawatt hora (R\$/MWh).

Se o PLD ficasse abaixo de R\$ 300, não haveria pagamento. Se ficasse entre R\$ 300 e R\$ 400, seria de R\$ 500 mil, e se passasse de R\$ 400, a propina seria de R\$ 1 milhão por semana. O acordo valeria por um ano, mas Loures disse que a razão do pagamento continuaria existindo enquanto durasse o contrato com a Petrobras. Saud, então, dá a opção de fazer um contrato por 25 ou 30 anos que continuaria a gerar rendimentos, sugerindo que poderia ser “uma aposentadoria”. Quatro dias depois dessa conversa, a Polícia Federal filmou Rocha Loures correndo pelas ruas de São Paulo com uma mala cheia de dinheiro.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Após elevar ativos à venda para R\$ 8 bi, Cemig diz ter 12 interessados na Light

Reestruturação. Estatal decidiu vender a totalidade de sua fatia na empresa de energia do Rio de Janeiro para acelerar programa de redução do endividamento; companhia começa na próxima semana ‘roadshows’ para testar real apetite de investidores pelos negócios

As ações da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) fecharam em alta ontem após a empresa elevar o total de ativos à venda para reduzir seu pesado endividamento. O valor dos negócios oferecidos no mercado subiu de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 8,05 bilhões. A estatal agora venderá toda a fatia de 43% que

detém na Light, em vez de apenas parte do ativo. Ontem, a Cemig afirmou ter 12 interessados na empresa de energia do Rio de Janeiro. Os investidores receberam bem a novidade: os papéis da Cemig subiram 2,4% ontem, para R\$ 8,52. No “pacotão” de ativos da Cemig figuram ainda participações na transmissora Taesa, na empresa de energia limpa Renova e nas hidrelétricas Santo Antônio e Belo Monte. A reestruturação visa a redução da pesada dívida da companhia. Até o fim de 2019, os vencimentos de obrigações da companhia somam R\$ 10 bilhões.

A Cemig atualmente negocia com bancos a reestruturação de seus débitos e espera obter um acordo dentro dos próximos 20 dias. Embora os negócios à venda estejam atraindo interessados, eles oferecem desafios. A Light, por exemplo, é um dos ativos mais complicados por estar numa área de concessão com muitos problemas de roubo de energia – da ordem de 40%. A Taesa, por outro lado, atrai olhares de vários investidores, pois o segmento de transmissão tem receita fixa. ‘Roadshows’. Ontem, o diretor de finanças e relações com investidores da estatal mineira, Adézio de Almeida Lima, afirmou, em teleconferência, que a venda da Light é prioritária. Segundo ele, Cemig deve realizar apresentações a compradores nacionais nesta semana. Na semana que vem, o mesmo trabalho será feito no exterior.

Lima afirmou que os roadshows vão testar o real nível de interesse dos investidores na Light. Na sexta-feira, após o fechamento da Bolsa, a Cemig anunciou que venderia a totalidade de sua participação na Light, e não apenas a Light Energia, de geração. Desta forma, a arrecadação prevista com o negócio subiu de R\$ 520 milhões para cerca de R\$ 2 bilhões. A Light se tornou, desta forma, o principal negócio à venda pela Cemig. Em relação à Santo Antônio Energia, o executivo da Cemig afirmou que o contrato de venda já está sendo preparado. A companhia informou ao mercado que havia recebido uma proposta da chinesa State Power Investment Overseas (Spic) por sua fatia na usina.

Já a Renova – negócio de energia limpa, da qual a Cemig é sócia por meio da Light – deve ser vendida em breve, de acordo com Lima. O executivo afirmou que o objetivo é fechar o negócio dentro de até 60 dias. A participação da Light na Renova recebeu proposta do fundo canadense Brookfield. O valor seria de R\$ 800 milhões, segundo estimativas de mercado. Gás natural. Já a distribuidora mineira de gás natural, a Gasmig, valeria cerca de R\$ 1,2 bilhão. No entanto, o executivo afirmou que a Cemig pretende se desfazer de 49% do negócio, uma vez que a venda de 100% exigiria, pelas leis de Minas Gerais, a realização de um plebiscito no Estado. “Não existe ambiente para um referendo (neste momento)”, disse Lima. Ele ressaltou, porém, que existe a possibilidade de a regra ser alterada pela Assembleia mineira. /COM REUTERS

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia****Título: União pode receber reforço com venda de usinas da Eletrobrás**

Menos de uma semana depois de lançar uma consulta pública para alterar o setor elétrico, com um plano que tinha o potencial de gerar bilhões em recursos para a Eletrobrás e o setor elétrico, o governo já admite a possibilidade de destinar a maior parte do capital levantado ao Tesouro, ajudando a reduzir o déficit fiscal.

Com isso, a Eletrobrás pode ficar sem receber diretamente os recursos bilionários obtidos com a "descotização" e posterior privatização de hidrelétricas, apurou o **Valor**. O governo federal agora avalia destinar a maior parcela do que for obtido com as outorgas para o Tesouro. A estatal, posteriormente, receberia recursos por meio de um aumento de capital da União.

O Ministério de Minas e Energia lançou na semana passada a consulta para debater as aguardadas mudanças no setor, incluindo a proposta de privatizar as hidrelétricas da Eletrobrás que estão no chamado regime de cotas (recebendo uma receita para operação e manutenção), criado pela Medida Provisória 579 em 2012 pela então presidente Dilma Rousseff com o objetivo de reduzir as tarifas.

Até a semana passada, a ideia do MME era distribuir os recursos que poderão ser levantados com as outorgas dessas usinas em três terços: um para a própria estatal, um para o Tesouro e um para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, fundo que reúne encargos setoriais).

Em teleconferência com investidores do mercado financeiro realizada ontem, no entanto, o secretário-executivo do MME, Paulo Pedrosa, disse que a decisão final não será da pasta, e sim da Fazenda, e que existe uma chance de que a maior parte dos recursos tenha como destino o Tesouro. "Das conversas que tivemos com a Fazenda, vimos que essa é uma tendência", disse Pedrosa, na conversa com analistas, apurou o **Valor**.

A saída para ajudar financeiramente a Eletrobrás seria um aporte do Tesouro na companhia estatal, feito posteriormente. De todo modo, a decisão pela privatização ou não das hidrelétricas caberá à própria Eletrobrás.

Outra questão mencionada por Pedrosa foi a dos minoritários da estatal. Ele lembrou que os minoritários de hoje não são, necessariamente, os mesmos do passado, que sofreram "quando o governo usava a Eletrobrás para um conjunto de questões." Para que a solução seja considerada "isonômica", como defende a

equipe energética do governo, o aporte do Tesouro seria uma alternativa mais apropriada.

A Eletrobrás tem atualmente 14 gigawatts (GW) de capacidade instalada no regime de cotas, o que representa cerca de um terço da sua potência total, que somava 46,8 GW ao fim de 2016.

Apesar de representarem cerca de 30% dos 230 mil megawatts-hora (MWh) gerados pela Eletrobrás ano passado, esses contratos acabam dando prejuízos à estatal, por terem uma tarifa consideravelmente baixa. Ao fim de março, a companhia tinha R\$ 962,4 milhões provisionados para contratos onerosos que decorrem justamente das concessões renovadas pela MP 579, convertida na Lei 12.783 de 2013.

Segundo as notas explicativas do resultado da estatal, isso aconteceu "pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção". A tarifa média da energia de cotas no segundo semestre deste ano será de R\$ 61,12/ MWh. Para efeito de comparação, o preço médio da energia contratada pela Eletrobrás no mercado regulado em 2016 foi de R\$ 205,55/MWh.

A privatização desses 14 GW de capacidade instalada tem o potencial de levantar até dezenas de bilhões para o governo em outorga. A ideia de destinar um terço à estatal seria uma forma de ressarcir a companhia dos prejuízos acumulados nos últimos cinco anos. Já os recursos destinados à CDE vão ajudar a cortar subsídios no setor e também reduzir a tarifa dos consumidores, uma vez que o encargo setorial é pago por todos.

O **Valor** apurou que a ideia enfrentou resistência na Fazenda desde o início, devido à visão de que os recursos poderiam ser utilizados para ajudar a reduzir o déficit fiscal da União. Esse foi um dos motivos que atrasou a divulgação do plano de reforma do setor elétrico, em elaboração há um ano.

A ideia original de destinar uma fatia do montante à Eletrobrás tinha impulsionado ganhos significativos nas ações da companhia. Ontem, porém, a mudança de planos derrubou os papéis. As ações ordinárias caíram 4,09%, a R\$ 15,25, e as preferenciais classe B recuaram 4,08%, a R\$ 18,11.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito****Título: Cemig posterga venda de ações da Taesa**

A Cemig revisou novamente seu plano de vendas de ativos, a passou a priorizar a venda do controle da Light, que deve acontecer até novembro. A venda das ações da Taesa que excedem o controle, até então prevista para a próxima semana, foi postergada para o fim do ano.

"A Light é o ativo mais importante e relevante que temos para a venda. Temos feito todas as análises e discussões com possíveis assessores para realizarmos essa venda", disse Adézio Lima, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, em teleconferência para anunciar as mudanças ao mercado.

Considerando o preço das ações da Light do pregão de 6 de julho, a participação da Cemig na companhia, de 43%, representa um valor de mercado de R\$ 2 bilhões, de acordo com o plano de desinvestimentos atualizado.

Até o início de junho, a estatal mineira pretendia vender apenas o segmento de geração da Light, mas o cenário mudou e passaram a negociar a venda de toda sua participação na companhia. Isso será fundamental para equacionar o problema da opção de venda que os bancos sócios da Cemig no controle da Light (Santander, Votorantim e Banco do Brasil) tem contra a companhia e que expira em novembro. O bloco de controle tem 53% da companhia.

O plano inicial para fazer frente à opção envolvia utilizar os recursos da venda das ações da Taesa - que foram dadas em garantia aos bancos - para quitar isso. O dinheiro seria depositado em uma conta garantia até o vencimento da opção, em novembro.

Agora, a ideia é utilizar os recursos obtidos com a venda da Light para isso. Segundo Lima, se houver o chamado "evento de liquidez" na companhia carioca, serão pagos dividendos aos veículos que detêm as participações indiretas da Cemig e dos bancos na companhia. A estatal quer utilizar esses dividendos para amortizar a opção de venda. "A melhor solução, em termos de eficiência tributária, é a amortização da put (opção) por meio dos dividendos", diz Lima.

Se, na segunda quinzena de outubro, a Cemig chegar à conclusão de que o evento de liquidez não vai acontecer na Light para a amortização da opção, a companhia vai vender as ações da Taesa para pagar os bancos.

Caso a venda da Light seja bem sucedida, as ações da Taesa ainda serão oferecidas ao mercado, mas os recursos serão utilizados na amortização de outras dívidas.

Sem considerar a opção da Light, a Cemig tem quase R\$ 5 bilhões em dívidas vencendo neste ano. Segundo Lima, a companhia espera chegar a um acordo para reperfilamento da dívida com os credores nos próximos 20 dias.

Com a renegociação das dívidas e a entrada de recursos das vendas de ativos, a companhia poderá amortizar o que vence no curto prazo. Assim, no longo prazo, será possível voltar a pagar as dívidas com o caixa gerado pelas suas operações, disse Lima.

Enquanto a Light é a prioridade da Cemig no plano de desinvestimentos, Lima destacou que a participação na hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), deve ser a primeira operação concluída e com entrada de caixa para a companhia.

Na teleconferência, os diretores da Cemig explicaram que a negociação em curso para a venda da fatia de 18% na hidrelétrica para a chinesa SPIC Overseas não envolve o contrato de compra de parte de energia fornecida pela usina pela própria estatal mineira.

Em 2009, a Cemig comprou 30% da energia que seria produzida pela hidrelétrica no futuro. O contrato, com duração de 15 anos e valor de R\$ 7,5 bilhões na época, previa o início do fornecimento de energia a partir de 2012.

Considerando a garantia física total da hidrelétrica, de 2.424 megawatts (MW) médios, o montante equivale a 727,2 MW médios. Na teleconferência, o superintendente de relações com investidores da Cemig, Antonio Carlos Velez, explicou que o bloco de energia adquirido é interessante para manter o lastro dos contratos de energia que a companhia mineira possui com grandes consumidores, principalmente considerando o risco potencial de perda das hidrelétricas que devem ser relicitadas pelo governo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Estatal poderá usar reforma do setor na disputa com União**

A reorganização do setor elétrico proposta na semana passada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que prevê o fim dos contratos de energia em cotas - que remuneraram apenas a operação e manutenção dos ativos -, deve ser utilizada pela Cemig em sua briga judicial com a União que já se estende há cinco anos.

Ao mesmo tempo em que segue implementando um plano de desinvestimentos com o objetivo de reduzir o endividamento, a Cemig continua insistindo que tem direito a manter as concessões das hidrelétricas de São Simão, Jaguará e Miranda. Elas não tiveram as concessões renovadas em 2012 nos termos da Medida Provisória (MP) 579, estabelecida pela então presidente Dilma Rousseff para reduzir as tarifas - e que criou justamente o sistema de cotas de energia.

Desde então, a Cemig vem brigando na Justiça pela manutenção das usinas, por entender que há uma cláusula nos contratos que garantia a renovação por outros 20 anos nos seus termos originais.

A briga chegou no Supremo Tribunal Federal (STF), mas o governo conseguiu derrubar as liminares da estatal mineira, com a intenção de licitar as usinas já em setembro deste ano.

"O que nos deixa preocupado é que querem vender as usinas com a discussão pendente no Supremo apenas para arrecadar recursos para reduzir o desequilíbrio fiscal, esquecendo que é uma medida casuística para tentar dar um respiro ao governo", disse o advogado Vitor Alves de Brito, sócio do escritório Sérgio Bermudes, que representa a Cemig nessa disputa.

De acordo com ele, ao insistir em vender os ativos ainda neste momento, sem uma decisão definitiva do STF, o governo não está pensando no interesse público, pois o preço das usinas pode ser achatado pelo risco jurídico.

"O que pode acontecer é o governo fazer um leilão e a Cemig no futuro ganhar a usina de volta no Supremo. Então, o eventual licitante que tenha arrematado as usinas vai ter que buscar uma ação de perdas e danos contra a União", disse Brito, completando que há um precedente que confirma sua análise.

Para o advogado, "sem dúvida isso vai se refletir no preço do ativo" no leilão de relicitação. O governo estabeleceu como montante mínimo da outorga pelas usinas o valor de R\$ 11 bilhões. Além das três hidrelétricas contestadas, será

relicitada também a usina de Volta Grande, cuja concessão era da Cemig. As quatro somam quase 3 GW de potência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Mercado de energia quer decisão rápida sobre PLD

Em meio às discussões sobre a reforma do setor elétrico, o mercado de energia espera que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reveja nas próximas semanas a proposta de aprimoramento das regras para a republicação do preço de liquidação de diferenças (PLD), o preço aplicado nas liquidações mensais do mercado de curto prazo e valor de referência utilizado em transações do mercado de energia. Executivos e especialistas ouvidos pelo **Valor** entendem que não pode haver republicação do PLD, semanas depois de negócios terem sido fechados, devido ao impacto financeiro e o risco causado por essa medida.

Encerrada a consulta pública sobre o tema na última semana, a expectativa é que a diretoria da Aneel decida sobre o assunto ainda este mês, retirando do texto da norma a proposta de republicação quando o erro do cálculo superar em 30% o valor do PLD da ocasião.

O diretor da Aneel André Pepitone reconheceu que os participantes da consulta pública foram praticamente unânimes em se posicionar contra qualquer republicação do PLD. "Apesar de a agência ter feito um regulamento sinalizando condições muito específicas do universo em que se daria a republicação, já identificamos que o mercado não recebeu muito bem esse aceno. Vamos agora nos debruçar sobre essas contribuições para formar uma convicção", disse o diretor ao **Valor**, após participar de evento sobre o setor de energia solar, na última semana, no Rio.

O **Valor** apurou que a diretoria da Aneel, principalmente o diretor-geral, Romeu Rufino, e o diretor relator do processo, Reive Barros, levam em consideração os apelos do mercado. A área técnica da autarquia, no entanto, tem visão menos flexível sobre o tema. Segundo uma fonte do setor, o entendimento da área técnica é que, quando é identificado um erro no cálculo do PLD ele tem que ser corrigido, independente do impacto que essa medida possa gerar.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, destaca que a decisão é da Aneel, por se referir a um assunto regulatório, sem, portanto, interferência do executivo. Ele pondera, porém, que a republicação é vista como um aumento dos riscos no mercado de energia. "Para o mercado, isso é ruim.

Minha opinião pessoal é que é necessário reduzir os riscos e os prazos do mercado".

O ideal, segundo Pedrosa, é que os erros do passado sejam identificados para evitar que voltem a acontecer, evitando a necessidade de republicação do PLD.

"Os custos da republicação são maiores que os benefícios", afirma o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Edvaldo Santana. "O mercado foi unânime. Todos se manifestaram contrariamente a toda e qualquer republicação de PLD", acrescentou o diretor da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros.

O executivo destaca cálculo feito pela consultoria Thymos Energia, de que o risco de haver republicação do PLD eleva em R\$ 14,68 por megawatt-hora (MWh) o preço da energia negociado no mercado. De acordo com as contas da consultoria, as republicações do PLD efetuadas em novembro e dezembro do ano passado impactaram o mercado de curto prazo de energia em R\$ 1,8 bilhão e R\$ 722 milhões, respectivamente.

"O mercado quer, é claro, aprimorar ao máximo os procedimentos para evitar o potencial de erros", explicou o presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello.

A comercializadora Ecom Energia informou, em nota, ser favorável ao aprimoramento da norma pela Aneel, mas ressalta ser contra a republicação do PLD, "tendo em vista a importância da estabilidade do valor publicado na economia nacional como sinalização do preço da energia no mercado".

A opinião é a mesma de Lucas Rodrigues, analista de mercado do grupo Safira, para quem a republicação do PLD é desmonta a estratégia criada pelas empresas em seus contratos de compra e venda de energia. Além disso, lembrou, a republicação afeta a credibilidade do mercado com o consumidor.

Victor Kodja, presidente da BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, enxerga evolução na proposta apresentada pela Aneel, mas também avalia que a republicação é prejudicial para o setor. "O problema é que os erros no cálculo não deveriam acontecer. Questões de metodologia precisam ser resolvidas. O PLD é um preço que é o resultado de várias questões dentro de um modelo estatístico.

O PLD é calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com base em dados fornecidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), como o custo marginal de operação (CMO) do sistema.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito****Título: Furnas revoga licitação para compra de turbinas eólicas vencida pela WEG**

Três meses após ter anunciado a catarinense WEG como vencedora de licitação para o fornecimento de um pacote de aerogeradores para um complexo eólico de 280 megawatts (MW) de capacidade, na Bahia, a Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (Iber), empresa da qual Furnas detém 98% de participação, em parceria com a Casa dos Ventos (2%), determinou a revogação do processo. O motivo do cancelamento da concorrência, determinado no fim de junho, no entanto, não foi revelado.

Em janeiro deste ano, o **Valor** apurou que a WEG tinha sido a única empresa habilitada e que tinha apresentado proposta pelo fornecimento dos equipamentos. Em março, a Iber divulgou resultado, confirmando a classificação da fabricante catarinense. O contrato para o fornecimento dos aerogeradores, porém, não foi assinado.

Este é o segundo revés com relação ao suprimento de turbinas eólicas para o complexo baiano. Inicialmente a encomenda seria atendida pela argentina Impsa. Em 2014, a unidade brasileira da companhia voltada para fabricação de aerogeradores enfrentou dificuldades financeiras e entrou com pedido de recuperação judicial, paralisando suas atividades.

Procurada pelo **Valor**, Furnas informou, em nota, que "tendo em vista a revogação publicada pela Iber, não houve assinatura de contrato e a licitação encontra-se encerrada". A estatal acrescentou que, apesar de deter participação acionária na Iber, a empresa "tem gestão e governança próprias". A WEG informou que "não comenta sobre processos de licitações de outras empresas".

Embora o motivo da revogação não tenha sido revelado, cogita-se que uma razão seja a possibilidade de o complexo, que possui atraso significativo do cronograma de implantação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), tenha seu contrato de energia cancelado, por meio do leilão de desconstrução que está sendo preparado pelo governo.

Itaguaçu faz parte dos 21 parques eólicos dos quais Furnas possui participação e que venderam energia no leilão do tipo "A-5" de 2013, com início de fornecimento de energia em maio de 2018. Na ocasião, os parques venderam energia pelo valor de R\$ 121 o megawatt-hora (MWh).

No fim de março, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., comentou em evento que a companhia possui mais de 40 sociedades de propósito específico (SPEs) que não tiveram as obras iniciadas. Na ocasião ele destacou projetos de energia eólica que enfrentaram dificuldades depois que a Impsa entrou em recuperação judicial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile

Título: Petrobras avalia recorrer contra decisão em NY

A Petrobras deverá recorrer da decisão do Tribunal Federal de Apelações do Segundo Circuito de Nova York que determinou a continuidade da tramitação da ação coletiva em que investidores pedem reparação por desvios ocorridos na companhia que foram apurados no âmbito da Operação Lava-Jato.

O recurso deve ser apresentado em dez dias. A decisão foi tomada por uma das turmas do Tribunal que é composta por três juízes. Uma nova petição da Petrobras no caso deverá ser analisada pelo órgão pleno, composto de dez magistrados.

Mesmo com a apresentação de um novo recurso, dificilmente a Petrobras conseguirá manter o efeito suspensivo na ação movida pelos investidores. O processo ficou suspenso entre 2 de agosto de 2016 e o último dia 7. Nesse meio tempo, a Petrobras conseguiu fechar acordos para encerrar 19 das 27 ações individuais de investidores que pedem reparação pela queda nas ações da empresa por força das investigações sobre corrupção e desvio de dinheiro em contratos da estatal.

Em 2 de agosto de 2016, o Tribunal Federal aceitou um recurso da Petrobras e suspendeu a ação para analisar uma série de questões sobre a abrangência da ação coletiva, inclusive os critérios para investidores figurarem como parte no processo nos Estados Unidos. Aquela decisão foi uma vitória da estatal. Com a suspensão do processo, vários advogados brasileiros que estavam atuando para os investidores foram mandados de volta ao país.

Na última sexta-feira, o Tribunal Federal finalmente concluiu a análise, manteve na ação os investidores com recibos de ações da estatal na Bolsa de Nova York (ADRs) e determinou que aqueles que compraram títulos da dívida da companhia devem comprovar que fizeram essas negociações em território americano.

Essa decisão foi um revés para a empresa. Ela permite que o juiz Jed Rakoff, que conduz o caso na Corte Distrital de Nova York - equivalente à 1ª instância no Brasil

-, retome o andamento do processo. É como se o Tribunal Federal lhe tivesse devolvido a caneta, abrindo o caminho para que atue nos autos.

Enquanto advogados que representam os investidores pretendem pedir ao juiz que determine uma data para o julgamento do caso, acelerando o processo, os defensores da Petrobras poderão ganhar tempo com a apresentação de um novo recurso. No entanto, estimativas feitas por fontes que acompanham os autos em Nova York indicam que esse tempo com uma nova petição seria de aproximadamente um mês. Também não há segurança de que o Tribunal poderia suspender novamente o processo.

A situação atual é a de retomada na tramitação da ação e até mesmo o mediador do caso - um ex-juiz americano - poderá ser convocado para marcar reuniões entre representantes dos investidores e da estatal de maneira a verificar a possibilidade de um acordo entre as partes.

O agendamento de uma data para o julgamento poderá colocar nova pressão sobre a estatal para que negocie um acordo. Em 2016, Rakoff chegou a marcar o início do julgamento para setembro indicando que deveria terminar antes das festas do fim daquele ano. Nessa segunda-feira, o juiz ainda não se manifestou.

No médio prazo, a expectativa é a de que as partes fechem um acordo antes do julgamento final.

Questionada se as negociações em andamento para encerrar as ações individuais de investidores poderiam ser prejudicadas pela decisão desfavorável na Justiça americana, a Petrobras disse que não se pronuncia sobre negociações em andamento.

A companhia informou, ainda, que não há expectativa de reavaliação do valor total de provisões para cobrir os acordos realizados e as negociações em curso para encerrar as ações individuais de investidores na Corte Federal de Nova York, após o Tribunal Federal de Apelações do Segundo Circuito decidir pela continuidade da tramitação da ação coletiva.

Em junho, a estatal já havia comunicado que o valor total de provisões estimado passava de US\$ 445 milhões para o 2º trimestre de 2017, dos quais a companhia já havia provisionado US\$ 372 milhões no resultado do exercício de 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Juliana Schincariol****Título: CVM julga caso de capitalização da Petrobras**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) realiza hoje julgamento da Petrobras, em que analisa informações no prospecto de oferta de ações da empresa em 2010 sobre o pagamento de dividendo mínimo, além de informações no formulário de referência sobre o assunto. Além da companhia, também são acusados os ex-presidentes Maria das Graças Foster e José Sérgio Gabrielli.

O julgamento desta terça-feira será o último sob a gestão do presidente Leonardo Pereira, cujo mandato se encerra na sexta. O caso em si não está relacionado com investigação de infrações na empresa relacionadas à Lava-Jato.

Também são réus no caso o ex-diretor de relações com investidores da petroleira, Almir Barbassa, o Bradesco BBI, na qualidade de líder do consórcio de distribuição pública de ações da Petrobras, e o diretor responsável do banco, Bruno D'Ávila Melo Boetger.

Na ocasião da oferta, o prospecto informou que os acionistas preferencialistas não teriam direito de voto, salvo no caso de o dividendo mínimo prioritário a que faziam jus deixasse de ser pago por três exercícios consecutivos. Como teve prejuízo em 2014, a administração não propôs distribuição de dividendos à assembleia geral ordinária de maio de 2015. Diante desse cenário, os acionistas titulares de ações preferenciais indagaram a companhia sobre a aquisição do direito de voto.

A companhia foi questionada pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) em 2015 de que as ações preferenciais "não poderiam nunca adquirir tal direito" em razão da vedação de que trata a Lei do Petróleo.

Na oferta, a Petrobras captou R\$ 120,2 bilhões, sendo R\$ 50 bilhões referentes à emissão de ações preferenciais.

A SEP também verificou que os formulários de referência divulgados entre 2010 e 2015 não informaram que as ações preferenciais jamais adquiririam direito de voto.

A área técnica verificou a existência de duas falhas relacionadas à divulgação de informações no prospecto e formulários de referência: menção à aquisição a direito de voto depois de três exercícios consecutivos e omissão aos efeitos da "Lei do Petróleo" em relação ao direito de voto dos preferencialistas.

Os envolvidos no caso chegaram a apresentar proposta de termo de compromisso, que foi rejeitada pela CVM no ano passado. O diretor Pablo Renteria é o relator do processo.

A CVM julgou recentemente caso sobre a estatal em que absolveu a União relativo ao contrato de compra de energia, envolvendo a Petrobras e a Eletrobras. Em abril, uma lista atualizada divulgada pela autarquia mostrava a existência de cinco inquéritos envolvendo a petroleira. Há investigações sobre as refinarias de Pasadena, Abreu e Lima e compras de navios sonda. Considerando o julgamento de hoje, atualmente são cinco processos sancionadores (acusação formulada) contra ex-presidentes e ex-conselheiros de administração da estatal.

MME / ASCOM